

DOC 22



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2.840 DE 25 DE JUNHO DE 2002

Aprova o Regulamento da Dívida Ativa

O Prefeito Municipal de Mariana, nos termos do Art. 92, inciso XIII, c/c Art. 103 da Lei Orgânica Municipal, de 17 de março de 1990; observadas as disposições da Lei Complementar 07 de 28/12/2001; e do disposto no Art. 212 do Código Tributário Nacional, Lei 5.172/66,

DECRETA:

CAPÍTULO I DA DÍVIDA ATIVA

Art. 1º - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal aquela definida como tributária ou não-tributária na Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que se regerá pelas normas contidas do Código Tributário Municipal, nos demais instrumentos legais pertinentes e pelas disposições deste Regulamento.

§ 1º - Qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei ao Município ou suas Autarquias, será considerado Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal.

§ 2º - A Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, compreendendo a tributária e a não-tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

§ 3º - A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

§ 4º - A Dívida Ativa do Município será apurada e inscrita pela Procuradoria da Fazenda Municipal.

§ 5º - O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter:

I – o nome do devedor, dos co-responsáveis, se houver, e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II – o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III – a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV – a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

V – a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa;

VI – o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 6º - A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição e será autenticada pela autoridade competente.

§ 7º - O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico, observado que, caso de processamento eletrônico, o livro de inscrição será único, dispensando-se a menção ao seu número no termo de inscrição e na Certidão respectiva.

§ 8º - Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

§ 9º - Somente poderão ser objeto de inscrição em Dívida Ativa os créditos regularmente notificados ao contribuinte, por edital ou AR-Correio, após decorridos trinta dias, contados do recebimento da intimação do sujeito passivo quanto à decisão definitiva.

§ 10 – As diligências indicadas no parágrafo anterior serão praticadas pelo servidor competente na forma do Regulamento dos Processos Tributários Administrativos.

Art. 2º - A dívida ativa tributária goza da presunção de certeza e liquidez.

Parágrafo Único – A presunção a que se refere este Artigo é relativa e pode ser ilibada por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a que aproveite.

Art. 3º - A cobrança da Dívida Ativa do Município será feita, nos termos deste Regulamento:

I – por via amigável;

II – por via judicial, segundo as normas estabelecidas pela Lei Federal 6830, de 23 de setembro de 1980.

§ 1º - As duas vias a que se refere este Artigo são independentes uma da outra, podendo o Fisco providenciar imediatamente a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável.

§ 2º - Na cobrança da dívida ativa pela via amigável serão devidos dez por cento de honorários advocatícios.

§ 3º - Na cobrança da dívida ativa pela via judicial serão devidos honorários advocatícios na proporção de vinte por cento sobre o montante, se outro não for o percentual aplicado pelo Juiz que decidir a causa.

§ 4º - Na hipótese de a decisão judicial arbitrar percentual diverso, em face da peculiaridade do caso, não se aplicará o disposto no parágrafo anterior.

§ 5º - A representação da Fazenda Municipal em juízo, para os fins deste Regulamento, será exercida pelo Procurador Geral do Município, ou advogado por ele substabelecido com reservas de poderes.



CAPÍTULO II DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL

Art. 4º - A prova da quitação do débito de origem tributária será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado que contenha todas as informações exigidas pelo Fisco.

Art. 5º - A certidão será fornecida dentro do prazo de dez dias, a partir da data de entrada do requerimento no órgão Fazendário, sob pena de responsabilidade funcional, observado o seguinte:

I – não havendo débito inscrito contra o contribuinte, a certidão conterá a expressão “Negativa”;

II – havendo débito inscrito e exigível, a certidão será fornecida com esta observação “Contribuinte em Dívida para com a Fazenda Municipal”;

III – havendo débito inscrito, porém com exigibilidade suspensa por qualquer das causas enumeradas na legislação, a certidão o mencionará, mas conterá a expressão “Esta Certidão produz efeitos como Negativa”.

Parágrafo Único – A certidão terá validade pelo prazo de noventa dias contados da sua emissão.

Art. 6º - Para efeito de expedição de certidão quanto à dívida ativa será considerada a situação fiscal da pessoa física ou jurídica, em conjunto.

Parágrafo Único – Na hipótese deste Artigo, havendo crédito tributário exigível relativamente a qualquer imóvel ou estabelecimento titularizado pelo contribuinte, a certidão será expedida contendo a expressão “positiva”.

Art. 7º - A expedição de certidão negativa não impede a cobrança do débito anterior, posteriormente apurado.

Art. 8º - A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o servidor que a expedir pelo crédito tributário e pelos demais acréscimos legais.

Parágrafo Único – O disposto neste Artigo não exclui a responsabilidade criminal ou funcional que couber e é extensivo a quantos colaborarem, por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Municipal.

Art. 9º - A venda, cessão ou transferência de qualquer espécie de estabelecimento comercial, industrial, produtor ou de prestação de serviços de qualquer natureza não poderá efetivar-se sem a apresentação da certidão negativa dos tributos a que estiverem sujeitos esses estabelecimentos, sem prejuízo da responsabilidade solidária do adquirente, cessionário ou de quem quer que os tenha recebido em transferência.

Art. 10 – Sem prova, por certidão negativa ou por declaração de isenção ou de reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou qualquer outros ônus relativos ao imóvel até o ano da operação, inclusive, os escrivães, tabeliões e oficiais de registro não poderão lavrar ou registrar quaisquer atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipoteca, arrendamento ou locação.



Parágrafo Único – A certidão negativa será obrigatoriamente referida nos atos de que trata este Artigo.

Art. 11 – É requisito indispensável à participação em procedimentos licitatórios instaurados pelo Município a apresentação de certidão negativa que comprove a inexistência de débitos tributários.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I DA UNIDADE PADRÃO FISCAL

Art. 12 - Os tributos e multas previstos na legislação tributária municipal, em especial neste Código, passarão a ser baseados em múltiplos da Unidade Padrão Fiscal do Município – UPFM.

Art. 13 - A Unidade Padrão Fiscal do Município – UPFM equivale, em 31/12/2001, a um Real.

Art. 14 – A Unidade Padrão Fiscal do Município - UPFM, terá o seu valor unitário corrigido monetariamente, segundo o maior dentre os índices:

- I - Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI;
- II – Geral de Preços – Médio da Fundação Getúlio Vargas – IGP-M;
- III – de Preços ao Consumidor – Ampliado – IPCa.

§ 1º: No caso do *caput* deste Artigo o Secretário Municipal de Fazenda editará, anualmente, portaria fixando o valor da UPFM.

§ 2º – No caso de impedimento legal quanto à utilização dos índices indicados nos incisos do *caput*, o Poder Executivo utilizará o índice subsequente, nos termos deste Artigo.

§ 3º – No caso do Artigo anterior, considera-se impedimento legal a orientação jurisprudencial em contrário à utilização do índice, nos termos de Parecer da Procuradoria do Município.

Art. 15 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Fazenda.

SEÇÃO II DO PARCELAMENTO

Art. 16 - Os créditos fiscais e tributários poderão ser parcelados de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, desde que obedecidas as normas constantes nesta seção.

Parágrafo único - O crédito fiscal tributário, objeto de parcelamento, compreende os tributos municipais, as multas tributárias e não tributárias, os juros de mora e a correção monetária e, se for o caso, honorários advocatícios.

Art. 17 – o crédito, tributário ou não, inscrito em Dívida Ativa poderá ser parcelado.

§ 1º : Poderão ser incluídos no parcelamento os acessórios, como honorários advocatícios, juros e correção monetária, devidos até a data da concessão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º : As penalidades impostas por desrespeito às leis municipais, infrações contratuais ou sanções pecuniárias ambientais não serão objeto de parcelamento.

Art. 18 - O parcelamento observará o seguinte:

I - quando requerido pelo sujeito passivo, poderá ser concedido, a critério do Secretário da Fazenda, em até 12 (doze) parcelas.

§ 1º - O valor das parcelas será expresso em quantidade de UPFM.

§ 2º - O valor mínimo de cada parcela será equivalente a 10 (dez) UPFM, em que se tratando de pessoa física, e de 20 (vinte) UPFM, em se tratando de pessoa jurídica.

§ 3º - A primeira parcela vencerá na data da concessão do parcelamento, e as demais no dia dez dos meses subsequentes.

§ 4º - O parcelamento rende juros simples de um por cento ao mês.

Art. 19 - Vencida e não quitada qualquer parcela, por período de trinta dias, o contribuinte perderá o direito ao parcelamento, sendo o valor inscrito em Dívida Ativa, em até três dias úteis, com as penalidades cabíveis.

Art. 20 - O contribuinte que estiver em regime de parcelamento não poderá acumular novos débitos, sob pena de perda do parcelamento.

Art. 21 - O pedido de parcelamento deverá ser formulado pelo interessado e será concedido mediante despacho da autoridade competente, após assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida. O pedido deverá ser formulado através de documento escrito e assinado pelo requerente, onde conterà a identificação do contribuinte, o valor do crédito tributário e as razões que o levaram a solicitar o parcelamento, data e tipo de tributo a ser parcelado.

Parágrafo único- O pedido será analisado e o despacho proferido em, no máximo, cinco dias úteis contados da data do requerimento.

Art. 22 - A concessão do parcelamento não gera direito adquirido e será revogado, de ofício, sempre que se apure que o benefício não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito sem prejuízo da sanção cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiros em benefício daquele;

Parágrafo único - Na revogação de ofício do parcelamento, em consequência de dolo ou simulação do beneficiário daquele, não se computará, para efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito, o tempo decorrido entre a sua concessão e sua revogação.

SEÇÃO III DA COBRANÇA JUDICIAL

Art. 23 - A Secretaria Municipal de Fazenda, esgotados os processos administrativos de cobrança, oferecerá à Procuradoria Geral do Município, até o dia 31 de março de cada ano, a relação de contribuintes em débito para com a Fazenda Pública Municipal, para os procedimentos judiciais cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 24 – Recebido o relatório de devedores, a Procuradoria providenciará, no prazo máximo de 30 dias, o ajuizamento da ação competente, pena de responsabilidade funcional, na forma da Lei.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26 - Revogam-se as disposições em contrário.

MANDO, PORTANTO, A TODOS A QUEM O CUMPRIMENTO DESTES DECRETOS PERTENCER, QUE OS CUMPRAM E FAÇAM CUMPRIR, TÃO INTEIRAMENTE COMO NELES SE CONTÊM.

Celso Cota Neto
Prefeito Municipal



DECRETO Nº 9.395, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre o protesto dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa do Município de Mariana e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Mariana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 92, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 9.492/97, que incluem a Certidão de Dívida Ativa (CDA) dos Municípios como título passível de protesto extrajudicial;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais apurou que o custo médio de uma Execução Fiscal gira em torno de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e que a referida despesa está sob responsabilidade do ente público exequente;

CONSIDERANDO que não é vantajosa, do ponto de vista financeiro, a exigência judicial de débitos inscritos em dívida até o montante de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

CONSIDERANDO que o Município de Mariana firmou com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais convênio para a implantação do Programa Execução Fiscal Eficiente, cuja etapa inicial consiste no protesto extrajudicial de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa inferiores a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

CONSIDERANDO que o Município de Mariana deve buscar medidas céleres e desburocratizadas para o recebimento dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa que lhe são devidos,

DECRETA:

Art. 1º. A Secretaria Municipal de Fazenda utilizará o protesto como meio de exigência cartorária de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, observados os critérios da eficiência administrativa e dos custos de administração e cobrança.

Art. 2º. Os créditos inscritos em dívida ativa, iguais ou inferiores a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), reajustáveis nos termos da Lei Complementar Municipal nº 007/2001 (Código Tributário Municipal) deverão ser, prioritariamente, encaminhados para protesto extrajudicial.

Parágrafo Único. Somente após frustradas as tentativas de cobranças cartorárias, os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, iguais ou inferiores a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), se tornarão objeto de cobrança administrativa ou execução fiscal.

Art. 3º. O Município de Mariana celebrará convênio com o Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil - Seção Minas Gerais - IEPTB/MG para a efetivação do protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa (CDA).

§ 1º - O procedimento de protesto extrajudicial dar-se-á de forma centralizada, por meio de arquivo eletrônico, assegurado o sigilo das informações pela Central de Remessa de Arquivos Eletrônicos (CRA) do Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil - Seção Minas - IEPTB/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º - A CDA deverá ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Fazenda, juntamente com a Guia de Recolhimento (GUIA), para a Central de Remessa de Arquivos Eletrônicos (CRA) do Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil - Seção Minas - IEPTB/MG, que as encaminhará ao cartório competente.

Art. 4º - Após a remessa da Certidão de Dívida Ativa (CDA) por meio do envio eletrônico do arquivo e antes que seja registrado o protesto, o pagamento somente poderá ocorrer no cartório competente, ficando vedada, neste período, a emissão de guia de pagamento administrativo pela Secretaria Municipal de Fazenda ou pela Procuradoria Geral do Município.

§ 1º - Efetuado o pagamento do crédito, os Tabelionatos de Protestos de Títulos ficam obrigados a efetuar o depósito do valor arrecadado mediante quitação da Guia de Recolhimento (GUIA) encaminhada juntamente com a Certidão de Dívida Ativa no primeiro dia útil subsequente ao recebimento.

§ 2º - Na hipótese de pagamento realizado mediante cheque administrativo ou visado, nominativo ao apresentante, ficam os tabeliães de protesto autorizados a endossá-lo e depositá-lo em sua conta ou de titularidade do Cartório, a fim de viabilizar o recolhimento da GUIA.

Art. 5º. Após a lavratura e registro do protesto e ultrapassado o prazo legal para sua quitação perante o tabelionato competente, o pagamento deverá ser efetuado mediante guia de recolhimento expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda ou pela Procuradoria Geral do Município.

§ 1º - Realizada e confirmada a quitação do débito, a Secretaria Municipal de Fazenda emitirá a carta de anuência e a disponibilizará ao devedor para que o mesmo providencie, às suas expensas, o cancelamento do protesto perante o tabelionato competente.

§ 2º - Fica o cartório competente autorizado a proceder à baixa do protesto somente mediante a apresentação da guia de recolhimento quitada, da carta de anuência e após o pagamento dos emolumentos, taxas e demais despesas previstas em lei.

Art. 6º. O parcelamento do crédito poderá ser realizado após o registro do protesto extrajudicial e exaurido o prazo legal de quitação indicado no *caput* do art. 5º deste Decreto Municipal, nos termos da legislação aplicável à espécie, pela Secretaria Municipal de Fazenda ou pela Procuradoria Geral do Município.

§ 1º - Efetuado e comprovado pelo contribuinte o pagamento da prestação inicial do parcelamento, a Secretaria Municipal de Fazenda emitirá declaração destinada ao cancelamento do protesto e a disponibilizará ao devedor, nos termos do art. 5º, §§ 1º e 2º do presente Decreto Municipal.

§ 2º - Na hipótese de cancelamento do parcelamento por ausência de quitação ou por qualquer outro motivo, a Secretaria Municipal de Fazenda apurará o saldo devedor remanescente e novamente enviará a respectiva CDA para protesto extrajudicial.

Art. 7º. A Procuradoria Geral do Município poderá realizar, observada a conveniência e oportunidade, sessões de conciliação e a firmar acordos pré-processuais com o contribuinte devedor, cujo débito total seja limitado a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), independente do prévio protesto extrajudicial ou anterior ajuizamento de ação de execução fiscal, inclusive mediante parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Único. É vedada a concessão de abatimentos ou descontos sobre os juros, correção e multa devidas pelo contribuinte, salvo se vigente lei autorizativa para tanto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 8º. A cobrança da dívida ativa do Município de Mariana observará o seguinte procedimento:

I - vencido o prazo para o pagamento do crédito tributário e não tributário, ocorrerá a sua inscrição em dívida ativa, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 007, de 2001 (Código Tributário Municipal);

II - após a inscrição em dívida ativa, o crédito tributário e não tributário serão cobrados pela via administrativa;

III - será realizado o protesto extrajudicial da dívida ativa, independente da cobrança pela via administrativa ou judicial;

IV - após 06 (seis) meses do protesto da dívida ativa, caso não haja pagamento do crédito tributário e não tributário inscrito em dívida ativa será ajuizada execução fiscal para exigência dos valores creditícios.

Art. 9º. Não serão objetos de protestos extrajudiciais:

I - os créditos alcançados pela prescrição;

II - os créditos que na data de publicação do presente Decreto sejam objeto de parcelamento vigente;

III - os créditos que na data de publicação do presente Decreto componham feito executivo fiscal pendente de julgamento;

IV - os créditos que na data de publicação do presente Decreto estejam com exigibilidade suspensa.

Art. 10. Nas hipóteses dos incisos II, III e IV do art. 9º acima, o posterior cancelamento do parcelamento por inadimplência, o encerramento do feito executivo fiscal sem a concretização forçada do pagamento do crédito e a cessação dos efeitos da suspensão da exigibilidade permitirão a imediata remessa dos respectivos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa para protesto extrajudicial.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Fazenda deverá manter controle sobre os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa enviados aos tabelionatos competentes, assim como será responsável por lançar em seu sistema informático todas as informações condizentes aos protestos extrajudiciais realizados.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

MANDO, portanto, a todos a quem o cumprimento deste pertencer, que o cumpra ou faça cumprir, tão inteiramente como nele se declara.

Duarte Eustáquio Gonçalves Junior
Prefeito Municipal